



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

PARECER: 0253/2015–ML

ASSUNTO: EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 16.905/2014

EMENTA: ADMISSÃO DE PESSOAL. PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO. AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE. EDITAL Nº 32/2014. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. DILIGÊNCIAS. UNIDADE TÉCNICA SE MANIFESTA PELO CUMPRIMENTO DAS DILIGÊNCIAS E ARQUIVAMENTO DOS AUTOS. PARECER **PARCIALMENTE CONVERGENTE** DO MPC/DF. NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO AINDA EM TRAMITAÇÃO.

1. Retornam ao **Ministério Público de Contas** os autos em epígrafe, referente ao exame do edital nº 32/2014, que trata da realização de processo seletivo simplificado destinado ao provimento de cargos de Agente Comunitário de Saúde, para análise acerca do cumprimento de diligências determinada pelo e. **TCDF**, no item II da r. Decisão nº 5.051/2014 (fl. 122), prolatada pelo c. **Plenário** em 9/10/2014, que assim deliberou:

“II – determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que: 1) informe, tão logo ocorra, o desfecho do Processo Administrativo nº 060.008.034/2014; 2) dê celeridade na tramitação do Processo nº 060.007.928/2014, que cuida de pedido de realização de concurso público para provimento de Cargos de Agente Comunitário de Saúde; 3) providencie, de imediato, a retificação do subitem 5.10 do Edital Normativo nº 32/14, de modo a incluir a proibição de contratação de servidores ativos da Administração Pública Direta ou Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de empregados ou servidores de suas subsidiárias e controladas, excetuadas as hipóteses de acumulação de cargos autorizadas pela Lei Maior;”

2. Desta feita, a Unidade Técnica, prosseguindo ao acompanhamento do certame, juntou ao processo o Edital nº 52/2014 (DODF de 22/10/2014) e o Edital nº 36/2014 (DODF de 4/7/2014), os quais divulgaram, respectivamente, a retificação determinada no subitem II.3 da r. Decisão supramencionada, bem como o resultado final do processo simplificado.

3. A par desses documentos e das informações contidas no Ofício nº 3.452/2014-GAB/SES-DF (fls. 124/148), a Área Técnica entendeu que as diligências foram devidamente cumpridas e sugeriu o arquivamento dos autos.

4. Diante dessa situação, sugeriu ao c. **Plenário**:



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

“I – tomar conhecimento do Ofício nº 3452/2014-GAB/SES-DF e anexos (fls. 124/148), considerando cumpridas as determinações contidas na Decisão nº 5051/2014, bem como do documento de fls. 149/153;

II - autorizar o retorno dos autos à SEFIPE para fins de arquivamento.” (Fls. 156/157)

5. É o breve relatório. Passo à análise do presente feito.
6. Compulsando os autos, o **MPC/DF converge parcialmente** com o entendimento e as sugestões propaladas pela zelosa Unidade Técnica na Informação de fls. 154/157. Explico.
7. No que se refere ao cumprimento do item **II.1**, da r. Decisão alhures mencionada, o Ofício nº 3.452/2014-GAB/SES-DF (fls. 124/148) afirmou que, após parecer da **PGDF**, foram realizadas as devidas justificativas para embasar a contratação temporária dos Agentes Comunitários de Saúde, com a posterior remessa do Processo Administrativo nº 060.008.034/2014 para autorização do Chefe do Poder Executivo, uma vez que o Processo Seletivo ocorreu no período de três meses que antecederam as eleições de 2014.
8. Contudo, não consta nos autos a respectiva autorização judicial para contratação temporária de Agentes Comunitários de Saúde por excepcional interesse público, conforme condicionou decisão proferida na Ação Civil Pública nº 2013.01.1.136980-0.
9. Vale lembrar que na mencionada demanda judicial, ajuizada pelo **MPDFT** em desfavor do Distrito Federal, o Exmo. Juiz da Segunda Vara de Fazenda Pública do Distrito Federal **deferiu**, em 11/10/2013, **medida emergencial** autorizando a contratação temporária de específicos profissionais de saúde, na qual não está incluído o cargo ora em exame, e endereçou à SES/DF as seguintes determinações:

*“1) fica **terminantemente proibida a prorrogação, continuidade, ou abertura de processo seletivo simplificado, visando à contratação temporária de profissionais da área de saúde**, prevista no TAC nº 1/2011, salvo por expressa autorização deste Juízo, diante da prévia oitiva do órgão do Ministério Público, excepcionalmente, justificada pela manutenção dos interesses dos utentes do sistema de saúde público do Distrito Federal, durante o tempo necessário para que sejam ultimadas as providências elencadas nos itens abaixo:*

2) o Sr. Secretário de Estado de Saúde deverá informar a este Juízo, no prazo de dez (10) dias: 2.1) a lista de cargos vagos por especialidade que necessitarão ser preenchidos no âmbito da SES, para o regular funcionamento de seus serviços, considerando as aposentadorias previstas para os próximos dozes meses; 2.2) a média das horas extras pagas nos últimos dozes meses, por especialidade das respectivas carreiras médica, especialista em saúde e técnico em saúde; 2.3) se há plano para o preenchimento das vagas atinentes aos servidores das carreiras mencionadas mediante concurso público, apresentando-o a este Juízo em igual prazo, em caso positivo; 2.4) por força do comando contido no art. 461, § 5º, do CPC, e, com o escopo de obter resultado útil adequado o pretendido pelo autor civil,



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

determino desde já, ad cautelam, sejam adotadas as medidas administrativas necessárias para a publicação de edital de concurso público para o imediato preenchimento das vagas eventualmente existentes.”.

10. Insta salientar também que a SES/DF, por meio do TAC mencionado no r. **Decisum** judicial, se comprometeu a “*promover com diligência e presteza os concursos públicos para contratação, em cargo efetivo, de profissionais em todas as áreas que forem objeto de contratação por prazo determinado, visando a substituição integral dos profissionais contratados por servidores públicos efetivos*”.

11. Não é demais lembrar que, de acordo com a sedimentada jurisprudência do c. **Supremo Tribunal Federal**, nas hipóteses de contratações temporárias, abrigadas pelo art. 37, IX, da Lei Maior (e pelo art. 19, VIII, da LODF), é dever da Administração **demonstrar a adequada limitação das hipóteses de exceção, sob pena de, não o fazendo, violar o preceito constitucional da obrigatoriedade do concurso público e, consequentemente, incorrer em injustificada violação à Carta da República (e.g. ADI 3.237/DF, Tribunal Pleno, Rel. Min. Joaquim Barbosa, DJe de 19/8/2014 e ADI 3.116/AP, Tribunal Pleno, Rel.^a Min.^a Cármen Lúcia, DJe de 24/5/2011).**

12. Desta feita, insta repisar a impossibilidade da contratação temporária pretendida nestes autos, tendo em vista que não foram obedecidos, até o presente momento, todos os requisitos necessários para tanto.

13. Outrossim, em que pese tenha a Unidade Técnica entendido pelo cumprimento da diligência nesse tocante, o **Parquet** especializado lamenta divergir nesse tocante, pois a determinação do c. **Plenário** é expressa para que o Processo Administrativo nº 060.008.034/2014 seja acompanhado até o seu deslinde.

14. Assim, consoante afirmado pela jurisdicionada, não houve o encerramento dos autos, mas apenas sua momentânea paralisação, como também não existe nos autos autorização judicial para contratação temporária, motivo pelo qual este **MPC/DF** entende necessário que se mantenha o acompanhamento para que se certifique que a SES/DF obedecerá às disposições necessárias antes de efetivar essa espécie de contratação.

15. Quanto ao item **II.2**, a jurisdicionada explicou que está diligenciando para concluir o processo administrativo que trata da contratação regular de servidores para o cargo em exame, mas que aguarda autorização do Conselho de Políticas de Recursos Humanos – CPRH para realização do certame.

16. Sem embargo, em harmonia com a manifestação da zelosa Área Técnica, não se vislumbra maiores diligências a serem perpetradas pela SES/DF, até porque a situação financeira do Distrito Federal, no tocante ao cumprimento dos limites com despesa de pessoal estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, é temerária. A guisa de exemplo, vale destacar que o Poder Executivo teve um gasto com pessoal, no 3º quadrimestre de 2014, de



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

46,93% da receita corrente líquida, ultrapassando-se o **limite prudencial** para despesas dessa natureza.

17. Vale destacar que o c. **TCDF**, em sessão ordinária ocorrida em 3/3/2015, emitiu alerta ao Governador do Distrito Federal em razão de o Poder Executivo ter extrapolado o limite prudencial especificado na LRF, conforme contido na r. Decisão nº 494/2015¹.

18. Nesse sentido, a LRF, em seu art. 22, parágrafo único, é expressa e contempla um rol taxativo de providências no caso de extrapolção do limite de 95% da receita corrente líquida com despesas de pessoal, senão veja-se:

“Art. 22. A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 será realizada ao final de cada quadrimestre.

Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.”

19. O c. **Plenário** também deliberou que tais limitações devem ser interpretadas em consonância com a r. Decisão nº 534/2015, que esclarece o entendimento a ser dado à vedação contida no citado inciso IV.

¹ “O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo do Distrito Federal, referente ao 3º quadrimestre de 2014 (e-DOC D92E338A); b) da Informação nº 01/2015 - NAGF (e-DOC B2BCDDB5) e do Despacho da SEMAG nº 12/2015 (e-DOC 9B4619AB); II – com fulcro no inciso II do § 1º do art. 59 da LC nº 101/00 (LRF), em face de o Poder Executivo ter extrapolado o percentual de 95% do limite máximo de gasto com pessoal no 3º quadrimestre/2014, alertar o Senhor Governador do Distrito Federal e também as Secretarias de Fazenda e de Planejamento do Distrito Federal para as vedações previstas no parágrafo único do art. 22 da Lei Fiscal, a saber: a) concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição; b) criação de cargo, emprego ou função; c) alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa; d) provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança; e) contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias; III – autorizar o retorno dos autos à SEMAG, para continuidade das verificações pertinentes ao RGF em questão.”



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

20. Nesse espeque, este **Parquet** entende cumprida a diligência nesse tocante, tendo em vista que não há, nesse momento, nova providência que possa ser adotada pela jurisdicionada.

21. Por fim, a diligência determinada no item **II.3** foi devidamente cumprida, com a consequente adequação do Edital regedor do certame.

22. Ante o exposto, o **Ministério Público de Contas converge parcialmente** com as proposições emanadas da zelosa Unidade Técnica, sugerindo ao c. **Plenário** que seja mantido o acompanhamento do Processo Administrativo nº 060.008.034/2014 até o seu completo desfecho, isto é, o encerramento dos autos.

É o Parecer.

Brasília, 26 de março de 2015.

Marcos Felipe Pinheiro Lima
Procurador